

Autoras: Mariana Tavares Cavalcanti Liberato¹

Magda Dimenstein²

Proponentes: Mariana Tavares Cavalcanti Liberato

Magda Dimenstein

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social – UFRN, Natal-RN.

Tipo de proposta: Comunicação Oral.

Título: **Apontamentos sobre a relação loucura, arte e cidade.**

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a relação entre loucura, arte e cidade, discutindo, a partir dos princípios da Reforma Psiquiátrica e da desinstitucionalização da loucura, os espaços construídos no território urbano que possibilitam o contato com a diferença. O que significa, de fato, desinstitucionalizar a loucura? Não seria também desinstitucionalizar a cidade e as relações (com os outros, com o espaço, com o próprio corpo)? Qual o papel da arte e das políticas culturais neste processo? Nossa intenção, portanto, é debater a constituição de diferentes modos de viver a loucura e habitar a urbe. Que porosidades e capturas a cidade permite? Que paisagens a arte, como dispositivo utilizado na Reforma Psiquiátrica, pode forjar para a invenção de outros arranjos urbanos e de novas sociabilidades/visibilidades? Essas são algumas das inquietações que nos mobilizaram a refletir acerca de tal temática e que desejamos compartilhá-las.

Sessão Temática: ST4 – Modos de subjetivação na cidade.

¹ Mestre em Psicologia pela UFRN. Doutoranda do Programa de Psicologia Social Integrado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

² Doutora em Saúde Mental pela UFRJ. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Apontamentos sobre a relação loucura, arte e cidade.

Nossa proposta de discussão diz respeito a um encontro, quer dizer, a múltiplos encontros, atuais e virtuais, entre loucura, arte e cidade. Apresentamos, neste trabalho, algumas inquietações iniciais acerca da relação entre esses termos. Partimos do referencial da Reforma Psiquiátrica e dos princípios da desinstitucionalização da loucura para pensar como vem sendo construída essa relação, mas inspiramo-nos também em algumas imagens, que nos provocam e ajudam a refletir sobre essa temática. É a partir delas que desejamos começar essa conversa.

Primeira Imagem: a « cidade ideal ».

Uma imagem que têm nos acompanhado e que sempre retorna quando refletimos sobre este tema é a da cidade ideal, preconizada por Platão no seu diálogo « A República ». Nela, todos os cidadãos (reconhecidos como tal) têm uma função definida (políticos, artesãos, soldados) e participam, com o seu trabalho, na manutenção dessa estrutura. Contudo, há algo que transborda a ordem das necessidades racionais. Há um excesso perigoso que ameaça toda essa lógica, provocando o erro e a ilusão: a arte.

Para Platão, o artista é um fabricante de imagens fantasmas que desviam os olhos do cidadão das verdadeiras idéias, que só podem ser apreensíveis pelo pensamento. Além disso, a arte estimula as paixões, os afetos e as emoções, tais como a alegria, a tristeza ou a raiva, que deixadas sem controle podem conduzir em última instância à guerra e à catástrofe. *A arte só deveria ser praticada por crianças, mulheres, escravos ou loucos, enfim, somente aqueles que não têm nada a perder*³ (Feitosa, 2004, p.116).

Segunda Imagem: das visibiliades e invisibilidades cotidianas.

Uma outra imagem que se faz presente deriva de algumas memórias intensivas, imemoriais (Mairesse, 2003) da nossa própria vivência na cidade. De modo especial, através de uma experimentação artística realizada por uma das autoras junto a um coletivo de artistas-pesquisadores em um prédio semi-abandonado na orla de Fortaleza⁴.

O edifício São Pedro, dono de uma arquitetura singular, é dividido em duas partes: uma residencial (ainda habitada) e outra, atualmente desativada, mas que abrigou o primeiro hotel da orla da Praia de Iracema. Embora sua fachada esteja deteriorada, com pintura desgastada, vidraças quebradas e seu entorno tenha sido esvaziado com o declínio de tal área como reduto boêmio e turístico, a edificação mantém sua beleza e imponência, situando um de seus lados numa via movimentada da cidade. A despeito disso, ela se mostrava invisível para tantos que

³ Grifo nosso.

⁴ O processo de investigação, pesquisa e intervenção artística denominado *Interferência: San Pedro* foi um projeto desenvolvido pelo Núcleo de Dança do Alpendre, tendo como proposta o diálogo de diferentes linguagens artísticas (dança, vídeo e poesia) e como resultado final, a produção de um vídeo-dança, um documentário e uma publicação.

sempre passavam por ali e que só a (re)descobriram a partir do olhar estético da intervenção, que a produziu sobre um outro regime de visibilidade, o da arte.

Essas duas imagens sucitamente apresentadas servem não apenas como prólogo ou ilustração ao nosso debate, mas, principalmente, como disparadoras de nossas questões atuais. Pensar a arte no contexto da Reforma Psiquiátrica é refletir acerca de sua potencialidade como dispositivo de transformação; mas é, ao mesmo tempo, indagar sobre os perigos de sua utilização como ferramenta de reprodução e sobrecodificação da existência.

A experiência estética propiciada pela arte está além do uso instrumental de determinadas técnicas. A arte manifesta-se como um acontecimento, como potência de desestabilização das formas atualizadas. Seu poder de afecção extravasa o produto final, colocando em devir os fluxos que atravessam tanto o artista, como quem a contempla efetivamente (Deleuze & Guattari, 1992).

Tal experiência, no entanto, corre o risco de ser cafetinada pela lógica do capitalismo, tendo suas forças de invenção apropriadas em prol da criação de territórios-padrão (Rolnik, 2004), sendo posta à serviço do ajustamento dos corpos a códigos morais pré-determinados. Cabe-nos, porém, apostar na força disruptiva da arte, criadora de novas formas de existência, que através do contágio e da vibratibilidade dos corpos, possibilita experimentar maneiras singulares de sentir, pensar e agir.

Nas nossas duas imagens iniciais, vimos que as relações estabelecidas entre arte e cidade são bastante complexas. Enquanto no ideal de urbe platônico, os artistas deveriam ser expulsos para que não propiciassem o engano e a desmesura da paixão; em um exemplo da contemporaneidade, vimos a arte definir novas visibilidades. De toda forma, observamos que ela se põe em um lugar não de representação ou reprodução de algo já dado, mas aponta para invenção de novas formas de ver e de se relacionar.

Percebemos, ainda, a partir dos quadros apresentados, que arte e loucura, cada uma a sua maneira, marcam uma ruptura com determinadas configurações já postas. No caso da cidade apresentada por Platão, os artistas se aproximam dos loucos por sua porosidade à desrazão, à paixão dos afetos, o que os afasta da Verdade, da essência racional das coisas. Ambos põem em xeque a dicotomia entre Razão-Desrazão, Essência-Aparência. No caso da cidade contemporânea, por sua vez, observamos que a arte lança luz e fratura a imagem de cidade ideal, onde tudo tem que ser novo, limpo e organizado, pronto para o consumo rápido. Imagem essa que quer esconder aquilo que destoa, que é excessivo, que traz marcas, que provoca. E, novamente, então, vemos sua aproximação com a loucura, que nos impacta com sua diferença radical, trazendo esse outro que é um desconhecido tão próximo, que rompe novamente com a hegemonia do sujeito racional, centrado e consciente que tentamos manter.

Inquieta-nos, pois, pensar como a arte poderia vincular outros espaços para a loucura na cidade. O que se encontra invisível e indizível na relação loucura-cidade? Que modos de vida a cidade constrói em seu cotidiano de velocidade e de consumo? Que resistências são

engendradas aí? Encontramos eco de nossas indagações na proposição de Baptista (1999) aos profissionais engajados na Reforma para que atentem às especificidades da cidade do capitalismo contemporâneo, que colocam questões essenciais aos postulados da desinstitucionalização.

É necessário lembramos que o princípio da desinstitucionalização⁵ advoga a desconstrução do paradigma psiquiátrico moderno ao fazer uma crítica à compreensão da loucura sob uma ótica de causa-efeito. Tal compreensão defende não apenas uma mudança de ordem teórico-conceitual, como também transformações práticas no campo da saúde mental (Amarante, 1996). Ela aponta um novo olhar, complexificando o objeto, que já não é mais a “degenerescência que deve ser curada”, mas passa a ser a “existência-sofrimento” do indivíduo e sua relação com a sociedade. Este último aspecto é essencial, visto que a loucura, por muito tempo, foi entendida como um mal individual, que necessitava ser excluída do convívio social por ser algo da ordem da anormalidade.

Ao “colocar a doença entre parênteses”, como propôs Franco Basaglia (1985), surge a possibilidade de perceber o sujeito como singular em seu sofrimento, com potência de produzir vida, sociabilidade e saúde. A noção de cuidado já não é mais a de tratar o problema visando à cura, mas “ocupar-se, aqui e agora, de fazer com que se transformem os modos de viver e sentir o sofrimento do ‘paciente’ e que, ao mesmo tempo, se transforme sua vida concreta e cotidiana, que alimenta este sofrimento” (Rotelli, Leonardis & Mauri, 2001, p.33).

Conceber a loucura não mais como doença e apontar para novas formas de cuidado e acolhimento, vai delineando uma outra maneira de entender e conviver com a diferença, não mais enclausurada pelos muros do hospital, mas na vida comum, com seus encontros e desvios, o que diz respeito, em última instância, há uma modificação na vida coletiva e na produção de novas sociabilidades.

É a partir desta idéia que somos intimados a refletir acerca do modo como se está sendo pensado e efetivado o processo de inclusão e de combate ao estigma e preconceito propagados durante tanto tempo em relação à loucura. Qual lugar os espaços culturais que fazem uso da arte podem ocupar? Como potencializá-los de forma que não apenas reproduzam os desejos de manicômio (Machado & Lavrador, 2001) que ainda teimam em habitar em nós? De que modo essas estratégias e serviços trazem à tona discussões como a relação da loucura com a cidade, a possibilidade da construção de uma “vida comunitária”, o debate entre público e privado e a própria construção da idéia de “reabilitação”?

Percebemos que a proposta de desinstitucionalizar a loucura não se refere apenas ao processo de desospitalização, tampouco diz respeito a confirmar uma « inclusão por exclusão » já vivenciada por essas pessoas. A radicalidade de sua proposição reside na idéia de que é necessário desconstruir as formas de relação cotidiana com a experiência da loucura que foram se constituindo ao longo do tempo. Desconstruir a idéia de doença mental, da periculosidade e do

⁵ Movimento e princípio fundamental da Reforma Psiquiátrica Italiana, inspiração da Reforma Psiquiátrica no Brasil.

risco, da incapacidade, do asilamento significa, em última instância, lutar por outras formas de conviver com a diferença.

Para tanto, observamos que, além da criação de novos serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico, é necessário libertarmo-nos de nossos manicômios mentais (Pelbart, 1993), que insistem em produzir o discurso da segregação, da opressão, da submissão. Desinstitucionalizar, pois, não está na ordem apenas dos estabelecimentos de saúde e de suas mudanças técnicas, mas trata, fundamentalmente, de percebermos como somos todos atravessados por diversas normas sociais, nem sempre explicitamente enunciadas, que regulam, de determinada maneira, nossos modos de vida. Assim é que podemos, por exemplo, perceber que a « instituição psiquiatria » encontra-se em nós também, bem como as instituições trabalho, família, dinheiro...

Dessa forma, podemos notar ainda que a produção das formas de se relacionar no e com o espaço urbano estão atravessadas por essas (e por outras) instituições, o que nos faz reproduzir, muitas vezes, padrões, comportamentos e práticas sem se quer nos darmos conta. Tomemos, como exemplo, a questão dos regimes de visibilidade já comentados. Quantas vezes simplesmente tornamos invisíveis aquilo que não queremos ver, seja através de discursos ou práticas? Numa « cidade cartão-postal », tão apegada ao consumo de suas imagens turísticas, quantas vezes buscamos esconder os que teimam em se diferenciar da paisagem, removendo-os e confinando-os em algum lugar? Que fluxos são esses que esvaziam a existência, tornando-a lixo, refugio, resto? Que se preocupam mais com a imagem da propaganda do que com a potencialização da vida?

Tal forma de subjetivação urbana está intrinsecamente ligada a uma lógica da utilidade, que produz um tempo que é o da pressa e um espaço que é o do privado. As relações, assim, se modificam e constituem configurações subjetivas e espaciais que nos enclausuram e nos apartam do contato com o diferente. Produz-se uma cidade asséptica, cômoda, confortável, onde nada interfere na nossa passividade e nos desestabiliza.

Contudo, « a fachada do prédio e o trânsito que o circula esconde pequenos ruídos de pés descalços que ainda correm procurando alívio » (Jorge, 2004). Pés que correm não para fugir ou escapar de algo, mas em busca de outros possíveis, de outras estratégias de enfrentamento, de luta, outros modos de resistir. Sublinhamos que a noção de resistência aqui apresentada não está ligada a uma idéia de mera reação ou oposição, mas a uma « vontade ativa de resistir », de compor novas linhas de fuga, de ser afetado pelas forças do fora (Oneto, 2006).

Voltamos, então, a pensar nas possibilidades evocadas pela arte. A experiência artística entendida não como ferramenta de normalização ou ocupação, mas como uma « máquina de guerra », que possibilita a invenção de singularidades e novas sociabilidades. A arte servindo não ao paradigma racional e cientificista, que sobrecodifica a produção de modos de subjetivação a uma configuração específica de sujeito, mas a experimentação de novas sensações através dos fluxos estéticos, em um paradigma também ético e político. Como nos diz Rancière (2005), a arte

é política por modificar a paisagem da vida coletiva, configurando maneiras de estar junto ou separado, dentro ou fora.

No âmbito da Reforma Psiquiátrica, temos a proposta da criação dos Centros de Convivência e Cultura, dispositivos públicos que oferecem espaços de sociabilidade, produção cultural e intervenção na cidade, que tem como valor estratégico o fato de serem equipamentos criados fundamentalmente no campo da cultura, não se caracterizando como equipamentos assistenciais, de atendimento médico ou terapêutico (Brasil, 2007).

Tais espaços surgem como possibilidades de encontro, circulação e re-apropriação do espaço público não só pelos usuários da rede de saúde mental com transtornos severos e persistentes e seus familiares, mas por toda comunidade. O trabalho desenvolvido nesses lugares, sob a forma de oficinas e atividades coletivas, conecta-se aos outros equipamentos do campo da saúde e também aos dispositivos da rede de assistência social, cooperativas e associações e propicia o combate ao estigma e à exclusão, promovendo a construção de novos laços sociais (Brasil, 2005).

A elaboração de políticas públicas culturais destinadas a pessoas em sofrimento psíquico e também àquelas em situações de risco social vem se tornando uma preocupação do governo, em suas diferentes esferas de poder⁶. Estratégias como essa, buscam experimentar o encontro entre o campo da saúde e o da cultura, no intuito de construir uma rede mais ampla de atenção e convívio.

Atentemos que a criação desses novos dispositivos é um passo importante na Reforma Psiquiátrica, porém não podemos nos esquecer que o processo de desinstitucionalização não se finda nestes espaços. É fundamental que a proposta que origina a formação dos Centros de Convivência e Cultura possa ser expandida para além de suas portas e atividades. Faz-se urgente que essas linhas possam compor outras configurações espaciais e subjetivas, articulando arte, cultura, trabalho, saúde, etc.

Inspiremo-nos na proposta de Ceccim e Merhy e criemos novas « praças », onde os encontros, confrontos, embates e produção sejam novamente possíveis: « (...) numa praça ‘anunciamos e conversamos, sem atas, somente atos: de *compartilhamento*, de *troca* e de *afeto e pensamento*’ » (Ceccim, 2007, p. 12).

A luta pela Reforma Psiquiátrica e pela desinstitucionalização não acaba. Ela é feita diariamente e contém inúmeros atravessamentos, conexões, complexidades. Ela diz respeito à busca pela desinstitucionalização de nossas próprias vidas e dos nossos modos de relação. Ela visa a procurarmos o movimento do instituinte na fixidez daquilo que está posto. Muito ainda temos a pensar, discutir e fazer. Neste trabalho, não objetivamos esgotar a temática da relação

⁶ A esse respeito, ressaltamos que a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz) se uniu ao Ministério da Cultura, desde o fim do ano de 2006, para produzir uma agenda nacional relativa ao tema da loucura e cultura. Como um dos resultados dessa ação, aconteceu em agosto de 2007 no Rio de Janeiro uma oficina de trabalho, que reuniu projetos culturais realizados em todo o Brasil na área da saúde mental, para a elaboração de políticas públicas culturais destinadas aos portadores de sofrimento psíquico (Amarante, 2008).

entre loucura, arte e cidade, mas levantar e partilhar algumas de nossas inquietudes atuais. Desejamos que ele possa se fazer « praça », constituindo encontros, diálogos e novas indagações.

Referências Bibliográficas

- Amarante, P. (1996). *O homem e a serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Amarante, P. (Coord.). (2008). *Loucos pela diversidade: da diversidade da loucura à identidade da cultura. Relatório final*. Rio de Janeiro : s/n.
- Baptista, L. A. (1999). *A cidade dos sábios: reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades*. São Paulo: Summus, 1999.
- Basaglia, Franco (Coord.). (1985). *A Instituição negada: relato de um hospital psiquiátrico*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. (2005). *Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil*. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. (2007). *Saúde Mental no SUS: acesso ao tratamento e mudança do modelo de atenção. Relatório de Gestão 2003-2006*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Ceccim, R. B. (2007). Prefácio - Reforma Geral da Subjetividade: por uma educação rizomática da saúde mental. In Fonseca, T. M. G.; Engelman, S. & Perrone, C. M. *Rizomas da Reforma Psiquiátrica : a difícil reconciliação*. (pp.11-17). Porto Alegre: Sulina/UFRGS.
- Deleuze, G & Guattari, F. (1992). *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Feitosa, C. (2004). *Explicando a filosofia com arte*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Jorge, E. (2004). *San Pedro*. Fortaleza: s/n.
- Machado, L. D. & Lavrador, M. C. C. (2001). Loucura e Subjetividade. In Machado, L. D.; Lavrador, M. C. C. & Barros, M. E. B. de. (Orgs.). *Texturas da Psicologia: subjetividade e política no contemporâneo*. (pp. 45-58). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mairesse, D. (2003). Cartografia: do método à arte de fazer pesquisa. In Fonseca, T. M. G.; Kirst, P. G. (Orgs.). *Cartografias e Devires: a construção do presente*. (pp.259-271). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Oneto, P. D. (2006). Vontade de arte e resistência ao presente. In Colaço, V de R. F., Pinheiro, F. P. H. A. & Silva, J. F. da. (Orgs.). *Reflexos III – PET-Psicologia/UFC: Políticas de Subjetivação nas Práticas Sociais*. (pp.45-55). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Edições UFC, Programa de Educação Tutorial. CD-ROM.
- Pelbart, P. P. (1993). *A Nau do Tempo Rei: sete ensaios sobre o tempo da loucura*. Rio de Janeiro, Imago.

- Rancière, J. (2005). *Política da arte*. Acesso em 04 de setembro de 2007, de <http://www.sescsp.org.br/sesc/images/upload/conferencias/206.rtf> .
- Rolnik, S. (2004). O ocaso da vítima para além da cafetinagem da criação e de sua separação da resistência. In Lins, D. & Pelbart, P. P. (Orgs.). *Nietzsche e Deleuze: Bárbaros, Civilizados*. (pp. 211-220). São Paulo: Annablume.
- Rotelli, F., Leonardis, O. de & Mauri, D. (2001). Desinstitucionalização, uma outra via. In Nicácio, F. (Org.). *Desinstitucionalização*. (pp. 17-59). 2ª ed. São Paulo: Hucitec.